

Haddad leva arcabouço fiscal a Lula

Contas públicas Para ministro, reforma tributária trará 'choque de eficiência'

Arcabouço fiscal aguarda palavra de Lula, diz Haddad

Matheus Schuch, Estevão Taiar e Guilherme Pimenta
De Brasília

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse nesta segunda-feira (13) que a pasta já finalizou a proposta de novo arcabouço fiscal e agora apenas aguarda a última palavra do presidente Luiz Inácio Lula da Silva para divulgá-la. Depois de recentemente apresentar o novo marco a alguns poucos economistas de outros ministérios, acrescentou, sua intenção é apresentá-lo nesta semana a Lula e ao vice-presidente da República, Geraldo Alckmin.

As declarações foram feitas durante o evento "E agora, Brasil?", realizado pelos jornais Valor Econômico e "O Globo", com patrocínio do Sistema Comércio, através da CNC, do Sesc, do Senac e suas federações. Durante o painel, ele também demonstrou otimismo com os efeitos da reforma tributária sobre o PIB e a eficiência econômica do país.

"Na semana passada, apresentamos para poucos economistas de outras pastas, para não vazar. Vai vazar uma hora, mas do jeito certo", disse. O ministro disse acreditar, ainda, que ao longo do governo haverá menor impacto de "ruídos" no mercado, pois a direção estará mais clara.

"Entendo quando o ruído faz preço, mas deveria ser menor. A tensão ficou muito elevada, estamos pagando o preço de uma transição que não foi bem feita", disse. "Essas falas mal elaboradas vão perder importância ao longo do processo. Considero natural o que aconteceu [turbulências] e meu papel é um pouco esse, explicar e ouvir muito."

Para o ministro, a reforma tributária dará ao país um "choque de eficiência" ao simplificar o sistema tributário e facilitar a vida econômica do país. "O choque de eficiência que ela vai dar na economia brasileira não é possível estimar, de tão grande que será. Fala-se de 10% a 20% de choque no Produto Interno Bruto [PIB]. Mas nós vamos facilitar muito a vida dos investidores, dos trabalhadores e do poder público", afirmou. "Todos os prazos estão sendo calibrados para que a gente tenha um pouso suave e uma transição suave, mas que impacte o contribuinte."

O ministro minimizou a preocupação de prefeitos e governadores sobre o efeito da aprovação da reforma tributária na arrecadação dos entes subnacionais. Ele entende que "já mudou o cli-

ma" entre parte dos gestores sobre o tema.

Haddad admitiu que há resistências em torno da reforma, mas acredita que as vencerá com diálogo e transparência. O receio de municípios com a perda de ISS, por exemplo, poderá ser driblado, pois o impacto não seria tão significativo, argumentou.

"Só o que vai para municípios [de ICMS] é quase o dobro do que todo o ISS arrecadado", disse. "Colocando na conta do lápis, você afasta o fantasma."

Haddad explicou que o governo quer implementar uma transição que pode durar até 40 anos, para que o novo modelo seja acomodado. A ideia está "ganhando impulso", disse, porque aos poucos o debate está evoluindo.

A expectativa do ministro é que o texto seja votado na Câmara entre junho e julho e no Senado de setembro a outubro. Ele assegurou que não está em discussão no governo a volta da CPMF.



Fernando Haddad: 'Entendo quando o ruído faz preço, mas deveria ser menor; tensão ficou muito elevada'

"A reforma será neutra do propósito de arrecadação, não pretendemos aumentar imposto sobre consumo", pontuou, acrescentando que os tributos devem recair mais sobre a renda.

Para Haddad, o governo de Jair Bolsonaro "não quis votar a reforma tributária" e teria a aprovado, caso apoiasse a medida. O problema, argumentou, é que o então ministro da Economia, Paulo Guedes, estava "obcecado com ideia do imposto único", o que não tinha capacidade de prosperar.

O ministro ainda antecipou que a Receita Federal deve anunciar em breve novidades sobre a regulação do mercado de ouro no Brasil.

Ao encerrar sua participação, ele afirmou que apostará no diálogo para vencer uma agenda "complexa" que exige medidas que nem sempre são fáceis. O cenário do país só vai melhorar, afirmou, com crescimento econômico. "Não podemos continuar crescendo 1% ao ano", disse, apelando a investidores para que vejam o Estado como parceiro em um projeto de desenvolvimento. "É com crescimento que se acomodam as tensões."

Mais tarde, em um evento promovido pela Frente Nacional de Prefeitos (FNP), Haddad analisou que "estão criando fantasmas" sobre a reforma tributária porque a substituição do ISS e de outros tri-

butos por um IVA não significará menor receita para os municípios.

"Quando proponho o IVA, que pode ser dual ou não, é um tributo transparente, justo e simples", frisou. "O IVA não vai diminuir em nada a arrecadação dos municípios; 90% vão ficar exatamente no mesmo lugar, pois será cobrado no mesmo lugar. A fala ocorreu após uma série de críticas de prefeitos."

"Queremos reindustrializar o país, e esse setor será beneficiado, sim", afirmou. "Essa reforma tem impacto de 20% do PIB; está indo no caminho certo, qualquer economista sabe."

